

Combate à CPI devolve coesão à base

Ação rápida dos aliados do governo surpreendeu a oposição, que admitiu a derrota

João Domingos
de Brasília

Um acordo entre os responsáveis pelos constantes rachas na base governista no Congresso devolveu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso o controle sobre os parlamentares a ele aliados. Com isso, o governo pôde enfrentar os partidos de oposição de novo em condições de superioridade. Tanto é que antecipou a sessão do Congresso para a leitura do requerimento da CPI da Corrupção. Os líderes governistas anunciaram a retirada das assinaturas de apoio de 20 a 25 parlamentares e as oposições admitiram, no meio da tarde, que tinham perdido a batalha pela CPI.

O líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA), disse que o presidente Fernando Henrique vai pagar, até o último dia de seu governo, por ter trabalhado contra a CPI. "A população não vai esquecer", disse. O presidente nacional do PT, José Dirceu (SP), afirmou que a próxima eleição vai ser plebiscitária e que os eleitores vão punir os que impediram a abertura da CPI. O presidente nacional do PPS, senador Roberto Freire (PE), disse que a oposição foi imatura e caiu nas armadilhas montadas pelo governo.

Para o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), não restam dúvidas de que os envolvidos na crise política fizeram um grande acordo de sobrevivência. "Jader Barbalho, Antonio Carlos, o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) e o presidente Fernando Henrique estão abraçados nesse acordo", disse Dutra.

Antonio Carlos e de Jader negavam o acordo de salvação mútua. Mas aliados dos dois senadores diziam o contrário. Afirmavam que, para dois políticos experientes, não é preciso assinar nenhum papel. Basta ver que,

brigados, vão aumentar suas dificuldades. Afinal, o que querem é a sobrevivência política. Principalmente quando sua atuação dá mais poder à oposição do que a eles próprios.

E ambos estão metidos em boas encrenças. Antonio Carlos corre o risco de sofrer uma punição (advertência, suspensão ou perda do mandato) por causa da violação do painel de votação do Senado na sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão; Jader, de responder a processo por envolvimento em fraudes na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Os aliados diziam que, com Antonio Carlos e Jader de novo juntos, as oposições poderiam procurar outros argumentos para atacar o governo. A CPI não sairia.

Pela manhã, os partidos de oposição pressionaram Jader Barbalho a fazer a sessão do Congresso para a leitura da CPI. Jader, que a havia programado para a próxima quarta-feira que vem, consultou os líderes governistas. Estes disseram que, nas reuniões realizadas na noite anterior, tinham chegado à conclusão de que seria possível reverter muitas assinaturas. O presidente do Senado convocou então os líderes de todos os partidos para uma reunião em seu gabinete, quando seriam fechadas as regras para a leitura do requerimento.

A sessão durou menos de 40 minutos. Jader disse que daria prazo, até a meia-noite, para que assinaturas fossem retiradas ou acrescentadas ao requerimento. Se caíssem abaixo de 171, na Câmara, ele arquivaria o pe-

dido. Que não mais pode ser feito neste ano. Se as oposições garantissem as assinaturas, a CPI teria seguimento. Convocou o Congresso (Câmara e Senado, reunidos) para as 15 horas.

No momento da leitura, Jader se cercou de cuidados. Depois de ler os termos da CPI, e de anunciar que o prazo para as assinaturas terminaria à meia-noite, rejeitou recurso do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), que argumentava ser o requerimento inconstitucional. Mas Jader recorreu à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara contra sua própria decisão. Foi uma manobra regimental que assegurou ao governo a vantagem de, em caso de não conseguir derubar as assinaturas, manter a guerra contra a CPI, só que na CCJ.

No início da tarde — antes da sessão do Congresso —, o líder

do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), anunciou que os deputados ligados ao senador Antonio Carlos retirariam suas assinaturas. O deputado Ursicino Queiroz (PFL-BA), dizia que é um cumpridor de ordens. E tinha recebido orientação de voltar atrás.

Quanto a Jader e ao senador Maguito Vilela (GO), que vinham brigando por causa da presidência do PMDB, não há dúvida alguma sobre o fechamento de um acordo que ajudou na mobilização de ontem. Sob pressão de Maguito, vice-presidente do PMDB, e do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, Jader aceitou licenciar-se da presidência do partido. Se afastará na terça-feira, para dar lugar a Maguito. Com isso, deputados

goianos que haviam assinado a CPI em protesto à insistência de Jader de ficar na presidência do partido, foram liberados para voltar atrás.

Houve, também, de acordo com levantamento dos parlamentares de oposições nos arquivos do Sistema Integrado de Administração Federal (Siafi), ampla liberação de verbas de emendas de parlamentares. Tantas, que José Dirceu, presidente do PT, anunciou, já resignado com a derrota da CPI: "Temos de enquadrar o presidente da República por crime de improbidade administrativa."

Fernando Henrique, no entanto, não deixou as oposições sem resposta. Em discurso em Corumbá, em Mato Grosso do Sul, onde participou da inauguração de uma ponte, o presidente rebateu as críticas das oposições. "Não posso deixar que a CPI se transforme num palanque contra mim. Vamos separar a necessária vigilância, o horror mesmo, como digo sempre, à corrupção, à exploração política do processo", afirmou.

Em seguida, o presidente negou que tenha liberado verbas para os aliados, a fim de barrar a CPI. "Li num dos jornais do Brasil que o governo tinha liberado R\$ 3,4 bilhões para abafar a CPI. Isso é mais do que o Ministério dos Transportes vai investir, no ano todo. É exploração política".

Como existem dados do Siafi que atestam a liberação de dinheiro, o presidente se justificou: "O Orçamento existe e tem que ser liberado em certas épocas do ano", disse "Não se pode enganar o povo a este ponto".

Nas contas da oposição, o acerto para garantir o sucesso da operação contra a CPI custou, só em liberações de verbas da Caixa Econômica Federal (CEF), R\$ 60,1 milhões para atender emendas em programas sociais.



Jader Barbalho